

# PAIDEIA

*nº01, abril de 2016*

**PUBLICAÇÃO DE FILOSOFIA E SOCIOLOGIA  
DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ**

Link: [projetopaideia.wix.com/projetopaideia](http://projetopaideia.wix.com/projetopaideia)

Facebook: Projeto Paideia

Fale conosco: [paideia@cep.pr.gov.br](mailto:paideia@cep.pr.gov.br)



## **Neste número: Dossiê Política**

*Povo-nação ou trabalhadores? (Profª Luciana)*

*Crise e reforma política (Profº Ney)*

*Hannah Arendt em quatro capítulos (Profª Vilma)*

*Nietzsche e a política (Profº Tiago)*

*Discurso político e a verdade (Profº Mayco)*

*O toma lá da cá das campanhas eleitorais (Profº Aguinaldo)*

*Entre o presente e o passado ainda há névoa (Profº Rubens)*

*Ator, um ser político? (Profª Tina)*

## Quem Somos?

O nome Paideia (do grego παιδεία) é a denominação de um sistema de educação do cidadão grego voltada à uma formação holística em diversas áreas do conhecimento.

Paideia é o nome de um projeto dos professores de filosofia e sociologia do Colégio Estadual do Paraná e que envolve a utilização de mídias digitais como ferramenta pedagógica.

Este projeto é composto por um site e blog com disponibilização de conteúdos escolares de texto, áudio-vídeo, imagem e uma revista digital com artigos abertos a colaboração de professores, funcionários e estudantes.

A presente revista é uma publicação organizada pelos professores e coordenações de sociologia e filosofia do Colégio Estadual do Paraná. Os artigos aqui escritos são de inteira responsabilidade de seus autores.

### **Expediente:**

**Editor responsável:** Ney Jansen Ferreira Neto

**Colaboraram com esta edição:** Ana Cristina Souza; Aguinaldo Cavalheiro de Almeida; Luciana Paula Silva Oliveira; Mayco Martins Delavy; Ney Jansen Ferreira Neto; Rubens Tavares; Tiago Lacerda; Vilma Luzia Dolinski.

# SUMÁRIO

<b>Editorial</b> -----	pagina 04
<b>Povo-nação ou trabalhadores? O Estado em Marx</b> -----	página 08
<b>Crise e reforma política</b> -----	página 12
<b>Hannah Arendt em quatro capítulos</b> -----	página 21
<b>Nietzsche e a política</b> -----	página 29
<b>Discurso político e a verdade</b> -----	página 35
<b>O toma lá da cá das campanhas eleitorais</b> -----	página 41
<b>Entre o presente e o passado ainda há névoa</b> -----	página 45
<b>Ator, um ser político?</b> -----	página 50
<b>Resenha filme A Onda</b> -----	página 55

# EDITORIAL

É com grande satisfação que damos início ao ano letivo de 2016 com a primeira edição da **Revista Digital Paideia**, revista impulsionada pelos professores e coordenações de Filosofia e Sociologia do Colégio Estadual do Paraná. Nossa intenção é que essa revista tenha uma periodicidade de duas edições por semestre, quatro ao ano.

Neste primeiro número o tema escolhido pelo conselho editorial foi **política**. Mas por quê? Vivemos tempos de efervescência política e acirramento de posicionamentos à esquerda e à direita no espectro político brasileiro com ameaças de interrupção do mandato da presidência da República, de discursos generalizantes contra a corrupção, da emergência de discursos intolerantes e proto-fascistas.

Consideramos que nosso papel como filósofos e cien-

tistas sociais é buscar analisar para além do senso comum, buscando, mesmo que de forma breve, mobilizar algumas reflexões e conceitos sobre política que nos sejam úteis para apreender os fenômenos que apresentam-se em nossa realidade.

Para isso iniciamos a revista com o artigo da professora de Sociologia **Luciana Paula Oliveira** sobre a distinção entre povo-nação e trabalhadores na análise conceitual de Marx.

Neste artigo, a professora Luciana analisa como o Estado burguês cria a ilusão da pátria como grupo homogêneo, onde aparentemente são dissolvidas as diferenças sociais através da unidade cultural e de território. Ao analisar o aspecto ideológico do Estado no modo de produção capitalista, a professora Luciana, recorren-

do às análises de Marx, discute como a classe trabalhadora assume os interesses da classe dominante como se fossem seus. Um bloco monolítico baseado na ideia de "povo-nação" é por fim, reforçado por setores da grande mídia.

Na sequência da crise política institucional atual, o professor **Ney Jansen** de Sociologia, parte de alguns dados sobre financiamento empresarial de campanha, buscando analisar o sistema político brasileiro que cientistas políticos chamam de presidencialismo de coalizão e que popularmente é apelidado de balcão de negócios.

A existência de regras distorcidas de representação e proporcionalidade, a permanência de instituições de origem aristocrática, permeadas por regras de períodos autoritários em nossa história formam um quadro socio-político que reforça a necessidade de uma profunda reforma política no Brasil.

Buscando apresentar aos nossos leitores alguns autores clássicos do pensamento político, a professora de Filosofia **Vilma Luzia Dolinski** nos propõe um minicurso sobre política em quatro capítulos.

Iniciamos o primeiro, referente ao pensamento da filósofa alemã de origem judia Hannah Arendt, que passou pelos campos de concentração nazista e possui estudos fecundos sobre poder, totalitarismo, democracia e a condição humana.

A questão das origens do totalitarismo é apresentado pela professora Vilma como um movimento onde é de interesse de governos que as massas sejam despolitizadas, não se associem e não tenham interesse pela vida política, criando-se métodos para desmoralizar sindicatos, partidos ou movimentos sociais que são formas de organização política que atuam no sentido de garantir direitos.

Apresentamos um texto sobre Nietzsche do professor de Filosofia **Tiago Lacerda**.

O professor Tiago apresenta a crítica a "política do rebanho", ou seja, a prática política demagógica é apresentada por Nietzsche como uma crítica a toda proposição inspirada em ideais de justiça, e que desconsidera a fraqueza humana, base do ceticismo do filósofo alemão.

Nossa revista prossegue com artigo do professor de filosofia **Mayco Martins Delavy**, sobre discurso político e verdade.

Neste artigo o professor Mayco discute como "a verdade" abala os sistemas políticos expondo práticas comuns de inimigos de hoje que amanhã tornam-se aliados. As contradições do discurso de combate a corrupção, onde o mesmo "mercado" que enriqueceu ilicitamente de braços dados com o poder político é o mesmo que posiciona-se favorável a uma mudança política "profunda".

O professor de Filosofia **Aguinaldo Cavalheiro de Almeida** discute o sentido do "toma lá da cá" do financiamento de campanhas e como a maioria de nossa população desconhece a forma como está constituída nossa política e suas regras eleitorais. O professor alerta para a ingenuidade do discurso de combate a corrupção que ignora o sentido da privatização da política.

No diálogo interdisciplinar que nossa revista se propõe a fazer, nós apresentamos contribuições de colegas da História e da Arte Dramática.

Apresentamos artigo do professor de História **Rubens Tavares** sobre as causas do golpe civil-militar de 1964. Um golpe dado em nome da moralidade, do combate a corrupção e ao comunismo. O professor Rubens discute que a história não se repete, mas as névoas do passado ainda se fazem presente, mesmo que os atores sociais e políticos não sejam todos os mesmos.

A professora **Ana Cristina Souza (Tina)**, do curso de Arte Dramática, nos presenteia com um artigo sobre a dimensão política do ato do fazer teatral, perpassando pela história do teatro, através da figura do ator, do diretor e da dramaturgia, e da força de expressão de todas as linguagens artísticas no período da ditadura militar brasileira.

A professora Tina discute como na história do teatro a sensibilidade e a inteligência artística estiveram ligadas as lutas sociais mesmo em períodos repressivos como na ditadura civil-militar.

Na sequência temos a resenha do filme *A Onda (Die Welle, Alemanha, 2008)* feita pelo professor **Ney Jansen**.

Esperamos que você aluno(a), professor(a) e funcionário(a) do nosso Colégio Estadual do Paraná apreciem nossa revista que pretende dar uma singela

contribuição à formação educacional de todo(a)s aqueles que fazem parte da comunidade do CEP.

Boa leitura!

# Povo-nação ou trabalhadores?

## O Estado em Marx

Prof<sup>a</sup> Luciana Paula Oliveira



Um fantasma ronda as ruas do Brasil.

Discursos aparentemente "apartidários" que usam as cores da bandeira nacional hostilizam o histórico vermelho das lutas sociais de esquerda. Com apoio da grande mídia usam o patriotismo para embasar as idéias de inutilização dos canais de participação popular na arena política.

Em vários momentos da história do capitalismo

podemos ver este tipo de movimento, geralmente ligados aos governos totalitários e àqueles que antecederam as ditaduras autoritárias. Para entender melhor estes fenômenos, vamos recorrer ao conceito de Estado em Marx.

Na teoria do Estado de Marx e de Engels existe uma relação entre os modos de produção e o tipo de Estado existente. Assim, atualmente o Estado serve para manter o capitalismo, que por sua vez cria representações ideológicas para fortalecer este mesmo Estado. Estabelecendo desta forma uma relação interdependente entre eles.

O Estado burguês cria a ilusão da pátria como grupo homogêneo, nela aparentemente são dissolvidas as diferenças sociais através da unidade cultural e de território. Com a noção de pátria ou de

ou de povo-nação, qualquer outra forma de organização de outros grupos toma a aparência de uma configuração baseada no conflito e no enfrentamento vistos como desnecessários e antipáticos aos "olhos da pátria", pois geraria desordem, desunião e desgaste.

Neste contexto é a organização dos trabalhadores que mais sofre com esse ataque ideológico. Os sindicatos, os comitês, as associações de bairro, os partidos políticos de esquerda passam a ser mal vistos por todos, inclusive pelos próprios trabalhadores que sentem grande dificuldade em conquistar a consciência de classe.

Como o Estado burguês existe para a manutenção do capitalismo, as classes dominantes já são por eles representados e suas demandas são naturalmente atendidas, enquanto que aos trabalhadores caberiam suas próprias organizações que são sistematicamente demonizadas pela ideia da unidade da pátria, recriada constantemente pelos braços do Estado, a mídia, as

forças armadas e as demais instituições sociais que reproduzem o discurso sem questionamentos.

Aos trabalhadores cabe enfrentar a dissolução dos seus interesses específicos, tomando para si os interesses da classe dominante como se fossem seus. E este aspecto é potencializado com a normatização da relação jurídica entre o patrão e o empregado como indivíduo e não como classe.

Em outras palavras, os trabalhadores são duplamente prejudicados, seus interesses são dissolvidos na massa do Povo-nação e sua condição de classe é negada na atomização das relações jurídicas que se estabelecem entre burguesia e proletariado.

É neste contexto que podemos entender os últimos capítulos da novela política brasileira, milhares de pessoas nas ruas, vestidos de Brasil, um bloco monolítico que aceita a convocação da mídia burguesa, seja porque compartilha dos

dos mesmos interesses, seja porque não conseguiu garantir a consciência de classe.

Como conceber que no espaço da política, que é por excelência o lugar do debate, se esteja reivindicando sua nulidade? O argumento é o de que a corrupção corrompeu todos os mecanismos de poder e que por isso, não há saída.

O interessante é que a corrupção só é observada como algo realmente sério em certos momentos da história, aqueles que os trabalhadores estão mais perto dos centros decisórios. Se formos analisar autores como Raimundo Faoro ou Sergio Buarque de Holanda verificaremos que a história inteira do Brasil é marcada pelo patrimonialismo (confusão entre o público e o privado) culturalmente aceito quando é praticado pelas classes dominantes.

*“Apenas a democracia burguesa permite um mínimo de organização à classe explorada”* (SAES, D. Estado e democracia: ensaios teóricos),

isso não significa, entretanto, que seja possível a transição para o socialismo através da eleição, ainda que alguns teóricos defendam essa posição. Umberto Cerroni, por exemplo, acredita que a democracia é um embrião do Estado proletário no interior do Estado burguês. Já Trotsky pensa que tanto a ditadura, quanto a democracia são duas formas de dominação da burguesia sobre os trabalhadores. Mas a ditadura acontece quando a luta contra a classe proletária se acirra.

Na democracia, os mecanismos de participação política ampliam a capacidade do proletariado em aspirar uma espécie de igualdade de consumidor, acesso à riqueza socialmente produzida. Veja que não se trata da divisão igualitária dos meios de produção, mas uma situação mais confortável no modo de produção capitalista.

A questão aqui é até que ponto a burguesia cederá aos trabalhadores por estas condições melhores de vida? Até que ponto a democracia

do Estado burguês resistirá às pressões populares por mais educação, mais moradia, maiores salários? Será que uma ditadura se avizinha?

*O Estado burguês cria a ilusão da pátria como grupo homogêneo, nela aparentemente são dissolvidas as diferenças sociais através da unidade cultural e de território*

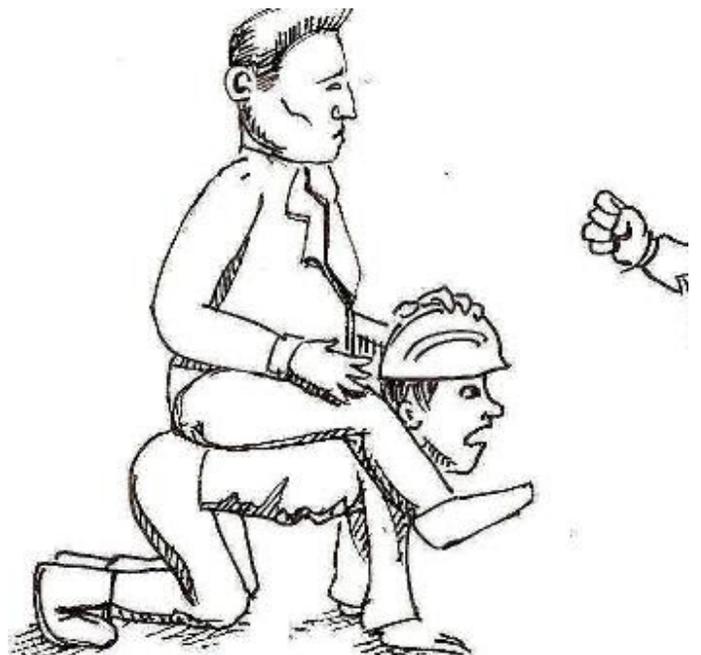
O fato é que esse Estado burguês não pode estruturalmente atender às demandas efetivas dos trabalhadores, mas é através do embate entre as classes sociais, no interior dele, através dos plebiscitos e da representação política que são possíveis ao menos a ampliação dos direitos civis, políticos, sociais e identitários a toda população, sem, no entanto romper com a lógica capitalista. Por isso, é que mesmo num modo de produção baseado na exploração dos proletários, o melhor regime político ainda é a democracia.



## Referências Bibliográficas

SAES, D. Estado e democracia: ensaios teóricos. Unicamp: Campinas, 1994.

MARX, K. Manifesto Comunista. Vozes de Bolso: São Paulo, 2011.



# CRISE E REFORMA POLÍTICA

Prof<sup>o</sup> Ney Jansen



O Brasil vive atualmente uma grande crise política e institucional.

A operação Lava Jato da polícia federal, criada sob o argumento de se apurar desvios de dinheiro na Petrobrás tem sido objeto de polêmicas e o foco da atual crise política. Tem sido flagrante as atuações e conluíus entre agentes do judiciário e interesses partidários e midiáticos seletivos nas operações em questão.

Na continuidade dessa crise foi divulgado pela imprensa Planilhas da empreiteira Odebrecht -a revelia do juiz federal Sérgio Moro que, nesse caso, havia de forma "estranha" solicitado sigilo desse documento ao contrário de outros na qual o mesmo não se preocupou em "vazar"-. Nessas Planilhas são citados mais de 200 políticos (deputados, senadores, governadores e até o ex-candidato presidente derrotado nas urnas no 2º turno em 2014) como beneficiários de recebimento de dinheiro visando financiamento de campanha.

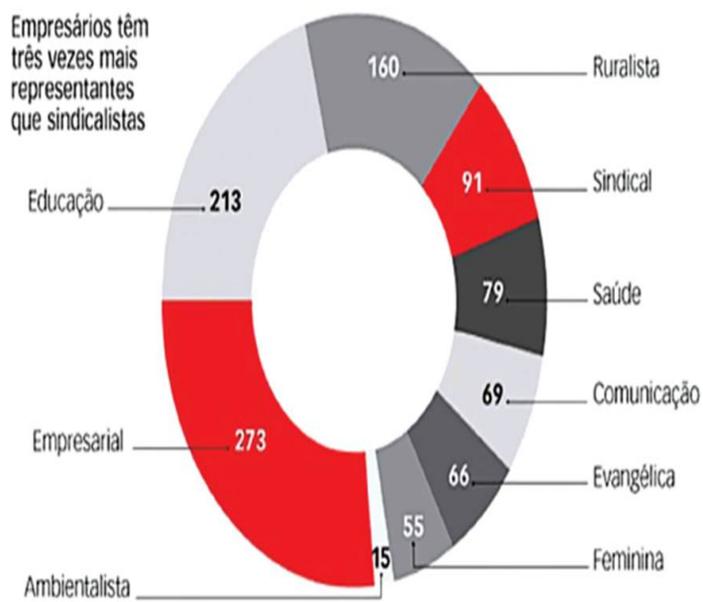
## **Os dados saltam aos olhos: o financiamento empresarial**

Segundo levantamento feito pelo OESP, sete de cada dez deputados federais eleitos receberam verbas de ao menos uma das dez empresas que mais fizeram doações eleitorais em 2014.

Essas dez empresas investiram na eleição em 360 dos 514 deputados federais eleitos (70%!). Outro dado relevante é que os repasses foram para diversos candidatos de diversos partidos (23 partidos ao todo).

Os candidatos eleitos gastaram em média 11 vezes mais que os derrotados. Os 1,5 mil parlamentares eleitos (deputados federais, estaduais, federais e senadores) tiveram despesas 29% acima do que a soma dos gastos dos 13 mil não eleitos. Ou seja, o poder econômico influencia de maneira decisiva na eleição ou não de um candidato.

### O Congresso por representação



Fonte: Diap

Entre as dez maiores empresas financiadoras de campanha temos:

I) O grupo **JBS** (Friboi, Swift, Vigor, Leco, Faixa Azul, ente outros). A JBS que é a maior empresa de proteína animal no mundo destinou R\$ 61,2 milhões para 162 deputados, dirigentes de 21 dos 28 partidos;

II) Depois temos o banco **Bradesco** que desembolsou R\$ 20,3 milhões para 113 deputados de 16 partidos;

III) O Grupo **Vale** (setor de mineração) que financiou 85 deputados eleitos de 19 partidos;

IV) Depois a empreiteira **OAS** que desembolsou R\$ 13 milhões para eleger 79 deputados de 17 partidos;

V) A empreiteira **Andrade Gutierrez** com 68 deputados federais;

VI) Na sequência a **Ambev** (bebidas) que gastou R\$ 11,7 milhões com a eleição de 76 deputados de 19 partidos;

VII) Seguida da empreiteira **Queiróz Galvão** com R\$ 7,5 milhões para 57 eleitos;

VIII) A **UTC** (também empreiteira) com investimentos de R\$ 7,2 milhões e ajudou a eleger 61 deputados;

IX) Na sequência das dez maiores temos o **Banco Itaú** com gastos de R\$ 6,5 milhões mas elegendo uma grande bancada com 84 deputados de 16 partidos;

X) E, por fim, na lista das dez maiores financiadoras, a empreiteira **Odebrecht** com R\$ 6,5 milhões gastos e 62 parlamentares eleitos.

O que salta aos olhos é que a bancada da "construção civil" tem sozinha 214 deputados de 23 partidos. O financiamento empresarial

até as últimas eleições em 2014 por si só, não era crime (salvo se o valor declarado à justiça eleitoral for inferior do efetivamente recebido, o que configura o crime conhecido como "caixa 2").

Mas, uma das perguntas a se fazer é: esses financiamentos visam quais interesses?

Obter contratos e concessões privilegiadas, benesses variadas, influência direta em postos nos diferentes níveis de governo, pressionar, influenciar ou até comandar determinada política econômica e industrial (aumento de taxa de juros, pressão para se "flexibilizar" direitos trabalhistas).

Ou seja, a lógica dos interesses "do mercado".

As "Planilhas da Odebrecht" colocaram novamente a tona o problema do financiamento empresarial de campanha o que torna questionável a

existência de uma real democracia. É esse sistema que torna as eleições cada vez mais caras, reduzindo de forma significativa a possibilidade de candidaturas financiadas por trabalhadores e jovens (as campanhas voluntárias, autofinanciadas, militantes).

populares que se espalharam pelo Brasil afora contra o aumento das passagens que chegou a impor o cancelamento e redução do aumento das tarifas em vários lugares no Brasil.

O movimento transbordou para uma série de outros temas que iam desde o questionamento dos gastos com a Copa, as críticas genéricas à corrupção e ao sistema partidário.

A presidente Dilma (PT), à época (junho 2013) fez um pronunciamento à televisão propondo "pactos" sobre mobilidade urbana, saúde, educação e afirmou que o país necessitava de uma reforma política via Constituinte. No dia seguinte ela sofreu críticas da "base aliada" (PMDB), de ministros do STF, da grande mídia, da oposição de direita.

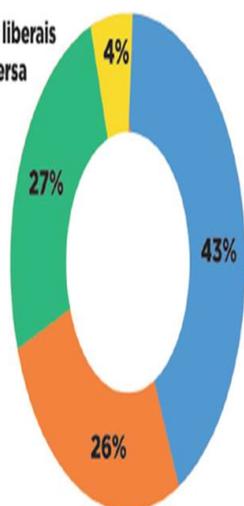
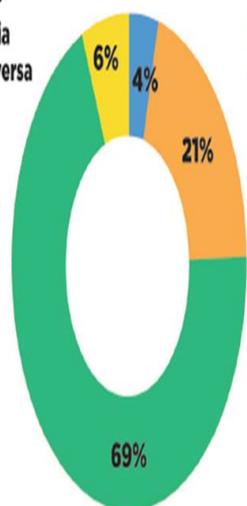
Rapidamente a presidente recuou para uma proposta de um plebiscito sem Constituinte. No discurso de sua posse após reeleição em 1º de janeiro de

POPULAÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

● empregadores  
● empregados  
● conta própria  
● natureza diversa

● empresários  
● assalariados  
● profissionais liberais  
● natureza diversa



## O debate da reforma política

Arrisco a dizer que parte dos embates políticos neste momento no Brasil tem sua origem em 2013, a partir das chamadas jornadas de junho. Iniciadas em São Paulo-SP após forte repressão da PM sob ordendo governador Geraldo Alckmin (PSDB/SP), resultaram em enormes mobilizações

de 2015 a presidente Dilma afirmou na tribuna do Congresso que "havia sido eleita para se fazer as reformas" e que "democratizar o poder significa lutar pela reforma política".

Antes, no ano de 2014, dezenas de movimentos sociais organizaram Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva pela Reforma Política que coletou 08 milhões de votos e cujos resultados foram entregues oficialmente aos representantes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) naquele ano.

No caso do financiamento empresarial os movimentos sociais envolvidos com o debate da reforma política defendem o fim do financiamento empresarial e sua substituição pelo financiamento público exclusivo de campanha. Dessa maneira poderia se atenuar o peso do poder econômico nas eleições.

Porém, o Congresso sob a

presidência do deputado Eduardo Cunha (PMDB), na Câmara aprovou em 2015 um projeto de lei que tornaria constitucional o financiamento empresarial a partidos políticos, na contramão do defendido pelos movimentos sociais.

Foram 317 votos favoráveis (PSDB, PMDB, DEM, PP, PV, PR) ao financiamento empresarial e 162 contrários (PT, PCdoB, PSOL). O Senado por outro lado aprovou a rejeição ao financiamento empresarial eleitoral por 36 votos a 31 votos evidenciando uma crise entre as duas casas legislativas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) ainda em 2015 decidiu que é inconstitucional o financiamento de empresas a campanhas eleitorais (não a partidos) valendo apenas a partir das eleições municipais de 2016. Doações de pessoas físicas foram liberadas desde que restritas a 10% da renda do indivíduo.

Essa decisão permitiu que em setembro do ano passado, a presidente Dilma seguindo o STF, vetasse o texto aprovado pelo Congresso que constitucionalizava a doação de empresas a partidos políticos. Porém, o veto da presidente pode ser questionado pelo Congresso

Na prática, ao invés de uma reforma política mais profunda, com ampla participação popular via um processo Constituinte, o que se aprovou foi um arremedo de "reforma" e sem o financiamento público exclusivo de campanha.

#### Gastos Médios Dos Candidatos Nas Campanhas

Candidatos	Gasto em 2010
Governador	R\$ 12,2 milhões
Senador	R\$ 3,7 milhões
Deputado federal	R\$ 996 mil
Deputado estadual	R\$ 428 mil
Média geral	R\$ 4,4 milhões

Existem ainda outros temas da reforma política que foram "esquecidos". Vamos a eles.

## Voto em lista partidária

Existe no sistema eleitoral brasileiro uma grave distorção que é o fato que se vota cada vez mais em pessoas não em partidos. É conhecido o fato de candidatos "puxadores de voto" (artistas e esportistas midiáticos e demais oportunistas de plantão) que se filiam a uma legenda e graças a distribuição dos votos nos quocientes eleitorais de cada partido político acabam puxando consigo vários candidatos que obtiveram votos reduzidos.

Uma alternativa a isso seria o voto em lista partidária na qual se reforçariam o papel dos partidos em apresentarem plataformas programáticas nas eleições. As listas seriam também objeto de discussão interna aos partidos dando mais vida a discussão programática partidária.

**O Senado como poder aristocrático.**

Na fundação da democracia

como regime político pelos gregos na Antiguidade não existia Senado. Existiu no Império Romano (como representação da elite, os patrícios) e na sua versão moderna na Inglaterra do século XVII como representação dos grandes nobres e proprietários de terra (a "câmara dos lordes") num acordo feito com a burguesia ascendente da época que ficava na câmara "baixa" ou "dos comuns".

Portanto, esse poder de origem aristocrática é o contrário de experiências revolucionárias na história como a Revolução Francesa de 1789, a Comuna de Paris de 1871 ou a Revolução Russa de 1917, todas que adotaram o sistema unicameral.

No Brasil elegemos três senadores por estado, numa desproporção na qual os estados com maior número de eleitores elegem a mesma quantidade que os estados menores. Essa desproporção é funcional aos interesses político e econômicos domi-

nantes. Um exemplo disso foi quando a ditadura civil-militar aprovou o chamado "pacote de abril" em 1977 instituindo o "Senado Biônico" na qual 1/3 dos senadores eram indicados pelo governo além de permitir criar novos estados como Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, Mato Grosso do Sul, Tocantins, criando assim uma maioria que pudesse garantir a "transição negociada" ao final da ditadura.

## **Proporcionalidade e representatividade**

No caso deste último, a representatividade, logo associamos a exclusão de "minorias" (que na verdade muitas vezes não são minorias, mas a maioria) como a exclusão social e política de mulheres, negros, indígenas.

No Brasil, mulheres votam desde 1932, mas mesmo sendo 52% da sociedade são apenas 10% do parlamento. Pretos, pardos e indígenas que são 51% dos brasileiros ante 48% de brancos são apenas

no parlamento. Evidentemente a baixa representação de mulheres e negros na política está ligada a nossa cultura e sociedade patriarcal e racista, mais isso não pode ser um critério racial ou de gênero abstrato, desvinculado de posicionamentos políticos ligados à luta de classes. Por exemplo: a atual ministra da agricultura, a senadora Kátia Abreu, é mulher, mas defensora dos interesses dos ruralistas, radicalmente contrária a reforma agrária, é favorável a criminalização dos movimentos sociais no campo e possui uma atuação pública de defesos agrotóxicos e transgênicos (fruto de lobby das multinacionais).

Sobre a proporcionalidade, no Brasil, o voto não tem o mesmo valor. Não existe no Brasil o princípio "um cidadão/um voto". Explicando melhor: um cidadão de Rondônia tem por exemplo seu voto valendo 11 vezes mais o voto de um eleitor de São Paulo. Por que isso acontece? Existe uma regra que estabelece que cada estado

deva ter no mínimo 8 e no máximo 80 deputados. Dessa forma, privilegia-se estados menores e isso esteve ligado historicamente a necessidade que a burguesia urbana industrial e financeira dos grandes centros pudesse se apoiar nos setores agrários exportadores.

Outras questões merecem especial atenção como a questão indígena, submetidos à uma opressão histórica e que lutam pelo direito a demarcação das terras ameaçadas constantemente pelo agronegócio. Uma representação indígena específica no Congresso nacional, com votação específica, com regras decididas em consulta com as representações das populações indígenas poderia ser uma alternativa a ser debatida.

Na atual crise política-institucional no país, com uma tentativa de deposição da presidente sem quaisquer crimes comprovados de corrupção nem de improbidade administrativa,

em um movimento apoiado e financiado pela FIESP, FIEP, setores do STF, partidos de direita, e os grandes latifúndios de comunicação, todos interessados em aplicar uma agenda de "reformas" benéficas ao empresariado, questionando direitos sociais e trabalhistas, tudo isso pode levar o país a tornar-se um "estado de exceção".

Em um momento em que a população em sua maioria não confia nas atuais instituições, principalmente no Congresso Nacional (permeado por regras autoritárias herdadas da ditadura e pelo financiamento empresarial que impõem um completo afastamento dos interesses populares) os movimentos populares não deveriam agitar como saída política que a palavra pudesse ser dada ao povo como uma Assembleia Nacional Constituinte pela reforma política? Sem regras privadas de financiamento dos deputados constituintes, de forma unicameral e com real proporcionalidade?

## Fontes:

Cartilha Plebiscito Constituinte. 2ª Edição. 06/02/2014.

Jornal da Campanha Nacional por um Plebiscito Oficial da Constituinte do Sistema Político. 2015.

Plebiscito Popular pela Constituinte. Nova Palavra. São Paulo. 2014.

Jornal Olho Vivo. Publicação do Comitê Paranaense em Defesa do Patrimônio Público. Dezembro 2014.

**Link:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/dilma-veta-financiamento-empresarial-de-campanhas-eleitorais>

**Link:** <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/um-baque-contr-o-financiamento-empresarial-veja-a-votacao-do-senado-8519.html>

**Link:** <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>. 01/01/2015.

**Link:** <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/sergio-moro-coloca-listao-de-odebrecht-sob-sigilo.html>

# HANNAH ARENDT EM QUATRO CAPÍTULOS

Prof<sup>a</sup> Vilma Luzia Dolinski



Filósofa alemã de origem judia que sobreviveu ao nazismo, **Hannah Arendt** (1906-1975) foi uma influente estudiosa da política no séc. XX.

Refugiou-se nos EUA e lá desenvolveu sua importante teoria sobre o totalitarismo e a condição humana.

Repetia que seu principal objetivo era compreender como chegamos ao ponto de governos criarem câmeras de extermínio humano e assassinar covardemente seus inimigos políticos. Os campos de concentração, que Arendt conheceu pessoalmente como prisioneira, seriam a expressão

máxima da decadência humana, tanto de vítimas como de opressores.

Depois disso, a bomba atômica que pôs fim à segunda guerra, se mostra como ainda mais potente máquina mortífera criada pelo ser humano para destruir seus semelhantes. Que moral é essa que nos levou a este ponto? Isso seria política? Com que objetivo um ser humano mataria outro? Em legítima defesa. Se política é exercício de poder, ao matar o outro, sobre quem irá se exercer o domínio? O que é de fato o poder político?

As obras de Arendt que buscam responder estas questões são várias. “As origens do totalitarismo” é uma delas e tornou a autora muito conhecida, criticada, contestada e comentada. “A condição humana” podemos chamar de sua obra prima, é de leitura obrigatória para quem

quer compreender os tempos políticos atuais. Os ensaios reunidos sob o título "Entre o passado e o futuro" nos dão uma visão geral dos temas estudados e desenvolvidos pela autora, todos derivados da questão política.

A partir da constatação da importância desta autora e sua obra para o entendimento da política atual decidimos organizar um minicurso de política em quatro capítulos que serão publicados neste e nos próximos números. Começaremos com o conceito de política, em seguida falaremos de política e educação, depois política e conhecimento e por fim as críticas de Arendt à Marx.

## **PARTE I**

### **A política.**

Somos seres políticos porque somos plurais. Pluralidade, segundo Arendt, diz respeito ao fato de que não existe "o ser humano" universal e constituído de uma essência, mas há seres humanos vivendo

a partir das mais diversas condições de existência. Os humanos são seres condicionados, isso significa que tudo aquilo com o que entram em contato torna-se imediatamente condição de sua existência. Por exemplo, a informática é nossa condição de vida atual. O ser humano, para Arendt é uma ser de *vita activa*, contrapondo-se à tradição ocidental que valorizava a vida contemplativa como sendo a condição máxima da existência humana. Para ela não há uma hierarquia por que a *vita activa* compreende labor, trabalho e ação com o mesmo grau de importância na vida humana.

Labor seria o processo biológico e diz respeito ao ser humano enquanto *animal laborans*. Refere-se, portanto às necessidades vitais ou a própria vida no sentido de sobrevivência e abrange tudo o que é para ser consumido por ser orgânico e sujeito a decomposição natural por isso requer atividades repetitivas para realizar. Trabalho se refere ao ser humano enquanto *homo*

*faber* e diz respeito à produção do mundo artificial de coisas que se destinam a transcender e a sobreviver todas as vidas individuais. É a atividade que realiza bens duráveis que sobrevivem a várias gerações por isso não repetitivas. Esses bens são destinados ao uso e não ao consumo. É a condição da mundanidade.

A ação é a atividade que se exerce entre os humanos sem a mediação material. É a condição humana da pluralidade correspondente à atividade política.

Resumindo: labor assegura a sobrevivência do indivíduo e da espécie, trabalho assegura a permanência e durabilidade à vida mortal e a ação cria a condição para a história humana por isso se relaciona com a natalidade.

Nas palavras de Arendt *“Além disto, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode constituir a categoria central do pensamento político,*

*em contraposição ao pensamento metafísico”* (ARENDT, 2008 p. 17). O pensamento metafísico é aquele que busca a essência da política em um modelo ou padrão ideal, fora da realidade ou até mesmo divino. Arendt busca a razão de ser da política na própria existência humana e encontra na natalidade: porque seres humanos nascem é preciso garantir-lhes a existência.

Pensar o mundo para as gerações futuras é a razão de ser da política. Saber que existem bombas atômicas armadas, prontas para serem ativadas num toque de dedo causa terror ao mundo contemporâneo. O que fazer para evitar? Segundo ela o primeiro passo é tomar consciência de que somos seres políticos e que toda a nossa ação tem conseqüências, até mesmo o simples cruzar os braços e não tomar partido é uma ação política.

Arendt chegou a este entendimento analisando o sur-

gimento da política na Grécia antiga e seu desdobramento até os dias atuais.

Segundo ela a política surgiu da separação entre público e privado e do ideal autárquico dos gregos manifesto na lei que representa a vontade de cada cidadão. A lei que o cidadão seguia era a que ele fez quando discutiu, ouviu, argumentou, convenceu e se deixou convencer, ou seja, persuasão era a maneira pela qual se faziam as leis, daí a grande importância da *isegoria* ou liberdade de expressão. A lei só era aprovada quando havia consenso.

As leis diziam respeito às coisas públicas, o privado era o particular que cada resolvia a seu modo. A esfera privada constituía-se pela necessidade.

O ser humano, por ser um animal social, conforme definição biológica tem necessidade de viver em sociedade.

Associa-se para procurar garantir a subsistência inclusive com atos violentos.

A violência faz parte da esfera no sentido, por exemplo, de abater um animal para saciar a fome, mas na esfera pública é inadmissível.

Todas as atividades que garantem a sobrevivência, como a economia, que significa "normas da casa", são privadas assim como a vergonha e a futilidade. Também o raciocínio lógico e a generalização que dele decorre, é uma capacidade humana destinada a garantir a sobrevivência enquanto um animal laborans.

Portanto qualquer tipo de governo onde haja dominados e dominadores ou que se preocupe com a administração de bens e serviços não é político.

A esfera pública é a da liberdade, realização e honra.

O poder de realizar ações espontâneas e imprevisíveis – que caracteriza a liberdade – bem como a autoridade e fundação, junto com a pluralidade caracteriza a esfera pública como sendo o lugar do interesse comum onde prevalece o senso comum no sentido de bom senso. Tendo isso em mente pode-se elaborar a lei que não se refere a vontade individual ou interesses privados, mas que era de interesse de todos. Em outras palavras, o espaço público é o mundo da cultura. Sendo assim o significado da vida pública é o que pode ser visto e ouvido por todo(a)s, ou seja, divulgado. É uma realidade produzida em comum e baseada na lei da igualdade, como disse Arendt “

A igualdade, em contraste com tudo o que se relaciona com a mera existência, não nos é dada, mas resulta da organização humana, porquanto é orientada pelo princípio de justiça. Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força da nossa deci-

são de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais. A nossa vida política baseia-se na suposição que podemos produzir igualdade através da organização, porque o homem pode agir sobre o mundo comum e mudá-lo e construí-la juntamente com seus iguais,” (Arendt, 1968, Apud DUARTE, 2000 p. 47)



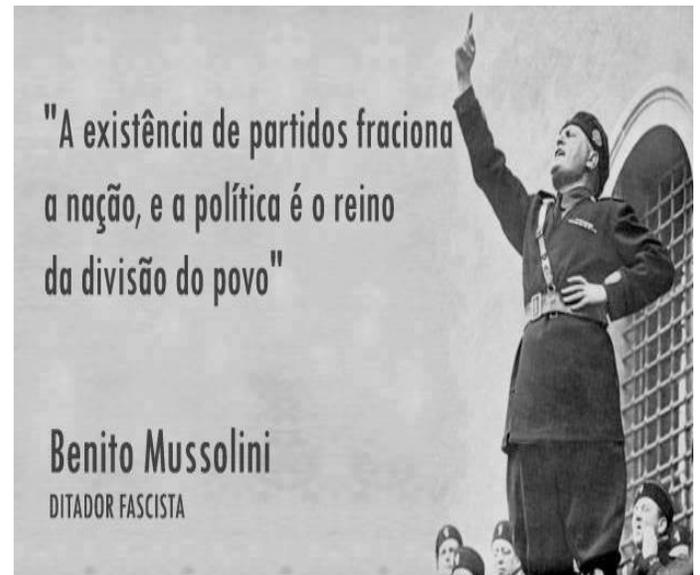
Para Arendt a supervalorização do social na modernidade fez com que a esfera privada se expandisse a tal ponto que ocultou a vida pública. Isso, entre outros fatos, criou condições para surgirem os governos totalitários no séc. XX.

Ao analisar as origens do totalitarismo Arendt enfatiza a diferença entre causa e origem. Causa é o que dá início, já a origem está sempre atuando e originando. Daí o seu temor e alerta de que o fenômeno totalitarismo pode surgir a qualquer momento.

Ela defende a tese de que o totalitarismo foi um evento particular com muitas novidades a ponto de romper com a tradição política ocidental, para ela *“um evento pertence ao passado, marca um fim, na medida em que elementos com sua origem no passado são agrupados em sua súbita cristalização; mas um evento pertence ao futuro, marca um começo, na medida em que esta cristalização nunca pode ser deduzida de seus próprios elementos, mas é causada invariavelmente por algum fator que jaz no âmbito da liberdade humana”* (Arendt, 1968, Apud DUARTE, 2000 p. 37).

Apesar de ter alguns elementos da tradição há outros totalmente novos como

o uso de tecnologias para o extermínio humano sem nenhum motivo plausível. Para ela não foi por motivos econômicos ou utilitários apenas o querer matar um determinado grupo de pessoas.



O totalitarismo se caracteriza por negar direitos a um grupo, classe, raça ou religião, como no caso dos judeus, sem nenhum motivo especial, mas simplesmente porque não quer que existam. Conforme DUARTE *“Assim procedendo, as suas vítimas são escolhidas a despeito de sua própria inocência, destruindo-se por completo o nexos jurídico entre ação e consequência, bem como a própria possibilidade da distinção entre culpados e inocentes, visto que ambos tem o mesmo destino”* (DUARTE, 2000 p. 46).

É de interesse de governos totalitários que as pessoas sejam despolitizadas, não se associem e não tenham interesse pela vida política para isso criam métodos para desmoralizar sindicatos, partidos ou movimentos sociais que são formas de organização política que atuam no sentido de garantir direitos.

Os governos totalitários se utilizam da propaganda ideológica. Arendt entende por ideologia *“sistemas de explicação da vida e do mundo que pretendem explicar tudo, passado e futuro sem maior reconhecimento da experiência efetiva”*. (Arendt, 1968, Apud DUARTE, 2000 p. 55)

Dessa forma transforma a mentira em verdade e a dissemina por meios de comunicação de massa com argumentos banalizados, simplificados e sempre falaciosos de forma insistente e repetitiva tal como uma lavagem cerebral. Assim transforma-se a ficção – mentira – em realidade. Os

governos totalitários são movidos, não pelo desejo de poder, mas pela “fé inabalável num mundo ideológico fictício” (Arendt, 1968, Apud DUARTE, 2000 p. 63). A presença de um líder que geralmente é uma pessoa cuja imagem é construída pela mídia como o salvador ou corajoso, íntegro, valente e principalmente justo ou justiceiro completa o ambiente propício ao fenômeno totalitarismo.

A política, para Arendt é a ação conjunta que surge como resultado de amplos debates, às vezes conflitos e discussões acaloradas que visa o bem comum presente e futuro. Por isso a natalidade é a essência da política. Que mundo estamos construindo para as gerações futuras? Passa longe do pensamento de Arendt a política como uma profissão que alguns exercem e outros não. Político(a)s somos todo(a)s.

Não há como fugir dessa condição humana, não há como relegar a outras pessoas a sua responsabilidade pelo mundo.

Além disso, é necessário ensinar às crianças que nascem a exercerem esta responsabilidade, daí que a natalidade é a essência da educação.

No próximo capítulo analisaremos a relação da política e educação.

### Referências:

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de R. Raposo. 10ª Ed. RJ: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *The Origins of Totalitarianism*. 3v.: "Antisemitism", "Imperialism", "Totalitarianism". Nova York: Harvester Books, 1968.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Tradução M.W. Barbosa. 6ª Ed. SP: Perspectiva, 2009.

DUARTE, A. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. SP: Paz e Terra, 2000.



## Hannah Arendt

"Compreender significa, em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela – qualquer que seja, venha a ser ou possa ter sido."

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução: RAPOSO, Roberto. São Paulo: Editora Schwarz. ISBN 978-85-359-2204-2. pg. 21)

# Nietzsche e a Política

Profº Tiago Lacerda



Com a história pudemos perceber que a conservação de um povo se dá quando este se mantém sob um forte senso de comunidade. As crenças comuns possibilitaram a conservação da espécie, principalmente quando nos referimos à questão da fé de um povo e sua religião.

**Nietzsche** vai desenvolver uma crítica à moralidade a partir da necessidade metafísica do homem e vai dizer que isso não passa de erros da "razão", ou seja, a forma metafísica de pensar não

produziu nada a não ser erros, mas *"alguns deles se revelaram úteis e ajudaram a conservar a espécie"* (GC, 110).

Mas foi por este caminho de erro que o mundo que conhecemos hoje veio a ser e se tornou *"estranhamente variegado, terrível, profundo de significado, cheio de alma, adquirindo cores"* (HH, 16). Esse homem, *"cheio de caráter"*, apresentará os valores sociais que serão creditados como válidos, e se colocará à disposição para enfrentar as inúmeras adversidades do novo. Ele será importante para o progresso no sentido de que *"todo progresso tem que ser precedido de um debilitamento parcial"* (HH, 224), onde percebemos as naturezas mais fortes em contraste com as mais fracas. Enquanto aquelas conservam o tipo, estas ajudam a desenvolvê-lo.

A questão em debate é que não é somente a luta pela

pela sobrevivência que garante o progresso, mas que diante de debilitações é possível surgir algo novo como benefício. Assim que percebido as fragilidades da sociedade e a necessidade aparecer, então algo de novo poderá ser inoculado em tais fragilidades. Essa é a tarefa do educador, causar as feridas para apresentar nas adversidades as "curas".

A política deveria ser para Nietzsche, esse processo que permite diante das fragilidades do sistema apresentar as devidas vacinas capazes de fazer surgir o enobrecimento de toda a raça humana. E citando Maquiavel ratifica que *"a forma de governo é de importância bem pequena, embora gente semieducada pense o contrário"* (HH, 224). É uma valorização da duração do governo em detrimento da liberdade, que verá na autoridade a sua grande oposição para que isso se suceda. Nietzsche tece sua crítica à religião, à moralidade, também à política desacreditando por horas em

uma renovação cultural na Alemanha e criticando inclusive a democracia.

Para o "filósofo do martelo" a destruição é algo fácil, mas encontramos algumas fragilidades em sua filosofia para construir uma proposta de uma nova política, já que a de sua época pode ser desmoronada a golpes de martelo. Mais que desmoronar as bases da política, ele se sentia cada vez melhor em não se envolver com ela, em sua autobiografia ele se intitula "o último alemão *antipolítico*" (EH, 3).

Isso não significa que sua filosofia não trate deste tema com a atenção que mereça, mas que ele percebe que há ciclos onde se repetem as velhas promessas sem a efetiva inovação ou mesmo o enobrecimento do homem na esfera social.

***Nietzsche tece sua crítica à religião, à moralidade, também à política (...) e criticando inclusive a democracia.***

Nietzsche percebe que a política, demagogicamente deseja mover a grande massa e para isso, busca “transformar seus princípios em grandes afrescos de estupidez, pintando-os nas paredes” (HH, 438), e segundo Nietzsche vale o que afirmou Voltaire “quando o populacho se mete a raciocinar, tudo está perdido”.

A arte de governar não é uma prática para todos os indivíduos, mas para aqueles que buscam enobrecer a cultura cada vez mais, o contrário daqueles que com suas políticas apresentam a decadência. O conceito constitucional que apresenta um compromisso entre o governo e povo que chega até nós parte de uma irracionalidade que exclui o elemento humano.

Segundo Nietzsche “o governo nada é senão um órgão do povo, e não um providente e venerável ‘acima’ que se relaciona a um ‘abaixo’ habituado à modéstia” (HH, 450).

Apesar de mais lógica, é segundo o filósofo, a-histórica e arbitrária. E fazendo uma análise da relação governo e povo percebemos que dela surge aquilo que se nomina compromissos, se torna involuntariamente o comércio entre professor e aluno, pai e família e daí em diante. E fugir disso é a tarefa árdua que necessitará de muito tempo e exigirá muita cautela e uma grande evolução que além de paulatina será muito lenta.

Se ao referirmos à justiça e buscarmos encontrá-la na relação governo-povo, poderíamos perceber algumas dificuldades aparentes. A ideia de que uma proposta socialista baseada na justiça poderia proporcionar uma equidade nas relações de poder é tão fantasiosa quanto as necessidades metafísicas apresentadas na introdução.

Para o filósofo, tal proposta é válida apenas entre a classe dominante que busca a igualdade para si e não uma equidade entre todo o povo. O

contrário também não pode ser chamado de justiça pois os socialistas da classe subjugada no lugar de manifestar justiça com suas petições apresentam apenas cobiça. É aquilo que podemos ler no prólogo da Genealogia da Moral:

*Confira-se, em particular, o que digo em Humano, demasiado humano (parágrafo 45) sobre a dupla pré-história do bem e do mal (a saber, na esfera dos nobres e na dos escravos); igualmente (§ 136) sobre valor e origem da moral ascética; igualmente (§ 96, 99, e vol. II, 89), sobre a "moralidade do costume", aquela espécie de moral mais antiga e primordial, que difere toto coelo [diametralmente] do modo de valorizar altruísta (que o dr Rée, como todos os genealogistas da moral ingleses, vê como o modo de valorar em si); igualmente (§ 92), O andarilho (§ 26), Aurora (§ 112), sobre a origem da justiça como um acerto entre poderosos mais ou menos iguais (o equilíbrio como pressuposto de todo contrato, portanto de todo direito); do*

*mesmo modo, O andarilho (§ 22, 33), sobre a origem do castigo, ao qual a finalidade de intimidação não é essencial nem primordial (como pensa o dr. Rée — ela lhe é, isto sim, enxertada em determinadas circunstâncias, e sempre como algo acessório, adicionado) (GM, Prólogo, 5).*

Sua forma de filosofia organiza uma reflexão depositando na política a responsabilidade por uma análise, estritamente superficial, a partir da fraqueza fisio-psicológica do homem.

***Nietzsche percebe que a política, demagogicamente deseja mover a grande massa e para isso, busca "transformar seus princípios em grandes afrescos de estupidez, pintando-os nas paredes" (HH, 438), e segundo Nietzsche vale o que afirmou Voltaire "quando o populacho se mete a raciocinar, tudo está perdido"***

Colocando os valores de forma invertida na esfera social, atribuindo à política o ideário do fraco e subjugado travestido de uma força ou possibilidade de atender ao maior número de pessoas, mas trabalhando com o ressentimento daqueles que não podem experimentar a vida dos que realmente poderiam organizar melhor a sociedade. Nisso ele valoriza uma aristocracia e questiona a intenção de alguns quererem privilegiar toda a sociedade em detrimento de uma parcela de indivíduos que segundo ele são mais potentes e superiores. Ele prezará pelo "mínimo de Estado" (HH, 473) que não deverá ter como finalidade a si mesmo, mas os indivíduos que ele elenca como uma classe superiora.

A política não pode ser interpretada como algo que Nietzsche não tenha se dedicado a pensar apesar de não querer proximidade, mas a análise aqui contida é que não se pode fazer política com teorias que estão expostas

como "múmias" sem novidades e feitas sempre da mesma forma. A política tem sido um sintoma da decadência dos valores dos que a fizeram até hoje. Todos esses valores elencaram uma série de predicativos que acreditava-se elevar o homem, como por exemplo toda ideia de altruísmo em detrimento de algum egoísmo que corrobora na manutenção do homem como um "*animal do rebanho*" (BM, 202).

Assim uma possibilidade de tentar algo novo a partir dessas perspectivas seria transmutar os valores vigentes para que ser possível pensar não somente a sociedade e a política, mas também o homem por um novo viés.

Isso não seria o programa político de Nietzsche, mas uma forma de ir às raízes desses sintomas e repensar os caminhos trilhados até aqui não somente para conservarmos a espécie, mas para enobrecê-la tornando-se

se possível em espíritos capazes de viver livres da forma decadente de reproduzir os valores da classe subjugada, ou do rebanho.

## REFERÊNCIAS

NIETZSCHE, F. W. **A Gaia Ciência.** Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

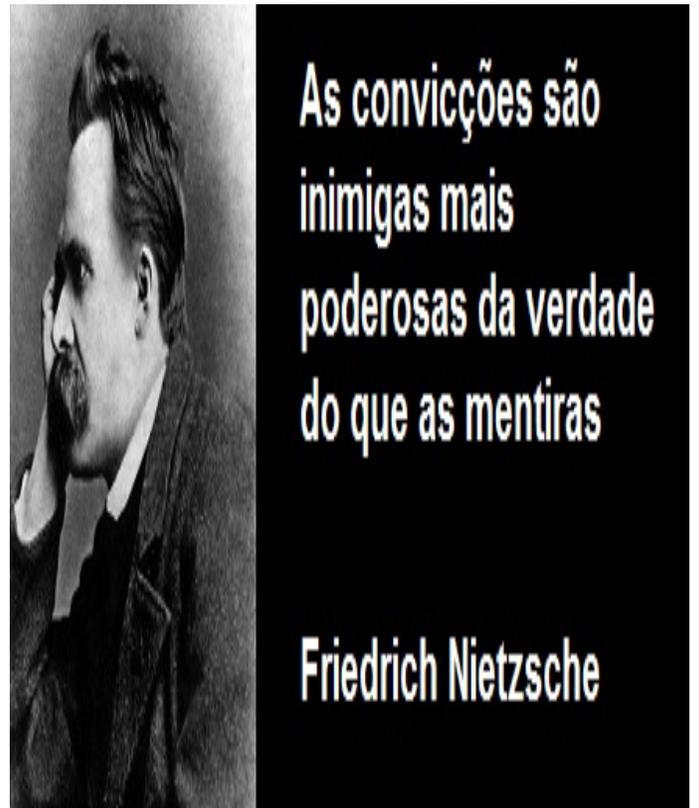
\_\_\_\_\_. **Além do bem e do mal.** Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Aurora.** Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ecce Homo.** Trad. De Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Genealogia da Moral. Uma polêmica.** Trad. De Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Humano, demasiado humano.** *Um livro para espíritos livres.* Trad. De Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (Vol. I).



# Discurso Político e a Verdade

## Prof<sup>o</sup> Mayco Martins Delavy



que a emitiu e o seu não menos *histórico* relacionamento com os porões obscuros da propina, do desvio de dinheiro e das *negociatas* etc. A identidade do político pouco nos interessa neste momento.

Tomaremos o exemplo em sua generalidade, como ponto de partida para pensarmos problema da verdade nos “discursos” políticos. Ou, tal como assistimos no presente, estaria a “verdade” a corromper a própria existência da vida política?

Há alguns dias estávamos folheando um livro sobre o histórico da política brasileira, quando, não sem surpresa, nos deparamos com a seguinte frase de um político bem conhecido: “A ética, em minha vida, não é apenas uma palavra, mas um estado permanente de espírito”.

Ora, o problema é, em consequência, a nossa surpresa, não esteve na frase em si, com significado profundo de conduta moral e lisura ética, mas no sujeito

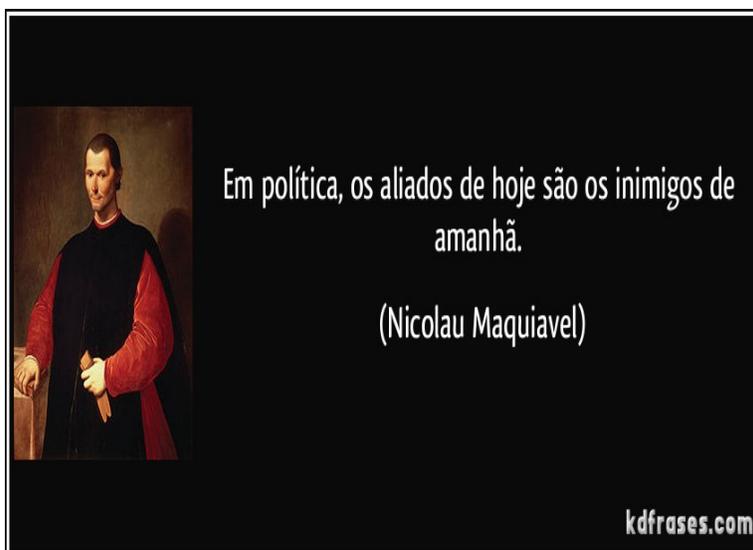
Quando pensamos na palavra política, arte da *polis*, e nos fundamentos daquilo que enunciamos aos outros ou ao mundo público, fundamentos que garantem que determinada frase possa ser crida como verdadeira pelos nossos ouvintes, expressões como a acima

mencionada, quando relacionadas à vida real de quem as emite, soam-nos um pouco desconexas e nos levam a refletir, primeiramente, sobre o lugar que ocupa a função-verdade em um regime político tal como as democracias modernas.

Em nome das alianças partidárias passa-se por cima dos princípios éticos utilizando-se de uma hipocrisia sem tamanho. Os que hoje são inimigos, amanhã acordam aliados. Os que ontem eram governistas, hoje “despertam” do “sono da razão” e se arvoram como detentores da “mudança”. O que nos parece é que a ruptura entre o *ser* e o “emitir”, na política brasileira do presente, ganhou tanto espaço que se torna *quase* impossível discernir entre o verdadeiro do falso.

Não menos assustador é a ingenuidade dos expectadores (seria má-fé?) que aceitam essas informações sem questionar a história daqueles que emitem tal posicionamento. Quando, antes

mesmos de abrirmos o jornal impresso, lemos que um partido tal como o PMDB “decidiu” “deixar” o Governo, que devemos pensar? A cada leitor, sua conclusão. Levantamos apenas a nossa estranheza e falta de logicidade no argumento do referido partido. Durante mais de uma década, aliados. Em três semanas, inimigos. Motivo: o “compromisso ético com a população”.



O segundo aspecto a refletirmos tem relação com o lugar da verdade nos mecanismos que regem a democracia. Na primeira esfera, relação entre verdade e emissor. Na segunda, relação entre verdade e “estrutura”. O que vemos no cenário político, a princípio, nos leva a crer que

a verdade, ao invés de fundamentar a solidez da política, quando é posta em prática, abala os sistemas de governo e a governamentalidade.

Como exemplo máximo dessa relação conflituosa entre "verdade" e "poder" temos a já conhecida operação Lava-Jato.

Tal Operação, lançando ao mundo público esquemas de propina que se configuravam como um *Estado dentro do Estado*, se bem analisada e nas devidas proporções, nos faz chegar a uma conclusão um tanto óbvia: no Brasil real, não se faz (fazia?) nada sem antes "molhar a mão dos envolvidos".

Infelizmente, essa informação não é "nova" na história de um país que, desde as Capitâneas hereditárias e as sesmarias, conhece a corrupção de modo quase permanente.

Se nos fosse dada a tarefa de investigar a história da terra e da riqueza brasileira, sua

"origem" e certidão de nascimento, seu DNA, sua arqueologia, penso que nos surpreenderíamos com a quantidade de contratos exclusivos e negociadas feitas à luz das velas da madrugada e registrados nos cartórios em horário comercial. Nos perguntamos, leitor: no atual sistema financeiro, torna-se possível enriquecer astronomicamente de modo TOTALMENTE lícito? Sem sonegar nenhum imposto? Temos nossas dúvidas...



Hoje tratamos a corrupção como um mal nascido das entranhas do Estado, desviando a análise e problematização do sistema econômico financeiro que, sem sombra de dúvida, induz à corrupção.

Lembremos que a raiz etimológica da palavra "corrupção", *corruptio*, tem relação direta com *decomposição*, a podridão, a depravação, segundo o dicionário latino e grego.

Assim, corromper, ação, e tornar-se corrupto (*corruptus*) ator, relacionam-se diretamente com a "decomposição" e podridão da natureza e forma do ser humano e suas relações consigo, com o mundo e com o outro.

O "mercado" que hoje se posiciona à favor de uma mudança política "profunda" é o mesmo mercado que enriqueceu ilicitamente e de braços dados com poder político. Se a política tornou-se

um pântano, decretando o fim das utopias, abrindo fissuras éticas quase intransponíveis foi porque, desde há muito, temos uma política totalmente refém do "mercado", cuja mão não é tão invisível como poderíamos pensar, parafraseando livremente o velho Smith.

A corrupção não nasceu com o Partido dos Trabalhadores, não morrerá quando ele estiver morto. Assim como não podemos afirmar que a desonestidade tenha sido uma invenção do PSDB, por mais desafiador que nos seja assistir os discursos de políticos envolvidos em corrupção posando de paladinos da "ética".

A questão da verdade como abalo da governamentabilidade acena para a falta de *verdade* presente naqueles que conduzem a vida pública do país e na má compreensão do regime democrático. Democracia, necessariamente, deve ser a busca *pelo*

*bem público e de todos os cidadãos, sem exceção. Seu fundamento básico é a justiça e a equidade (conceito que vai muito além da "igualdade").*

Uma frase como a citada no início do presente texto, lançada ao vento, nos coloca em posições diversas: alguns as escutam e, na correria da vida, creem ser verdadeira, ou, o que é muito comum, levados pela ingenuidade e pela falta de consciência histórica, a propagam, e, em consequência, acabam por defender os "arautos da ética".

Para outros, os "ditos mais críticos", a banalidade da frase enoja de tal modo que já não é possível conviver com o seu autor. Estes assumem a postura de uma "ignorância consciente", isto é, afirmam aos quatro ventos que a política é um "espaço de ladrões", que todos os políticos não prestam e, por omissão, tornam-se cúmplices do descaso, corrompendo-se por não responsabilizar-se pelo seu voto e pelo poder compartilhado da democracia.

Defendemos uma terceira conduta, conduta daquele que vê na realidade um pouco mais do que aquilo que nos é apresentado frente aos olhos.

Esse leitor perspicaz da realidade é capaz de perceber que o problema da verdade não está no regime democrático, mas na má compreensão e uso (da máquina pública) de alguns governantes, e também governados, do significado da democracia. Não é suficiente conhecer que no regime democrático o governo é de todos, do povo... Isso ainda está no plano teórico. Também não precisamos defender um retorno à monarquia,, à Ditadura Militar...É preciso compreender-se como parte do *demos*, em seu sentido amplo, pois não basta a defesa da cidadania de urna eletrônica.

Na verdade, esse é um dos grandes problemas da democracia representativa contemporânea: o fato de termos perdido o sentido do coletivo e da nossa pertença à comunidade local, juntamente com o ato de eleição de um

sujeito que nos representará por quatro anos, cria uma apatia para os negócios públicos.

Destarte, o problema da verdade e da credibilidade nos discursos públicos e, em consequência, do critério que nos permitirá saber se determinada frase proferida será, na sequência, cumprida, é de todos os cidadãos que, como em tantas outras dimensões da vida hoje, terceirizam a sua cidadania em nome do “conforto” e da privatividade do lar. Somos muitas vezes cientistas políticos de Facebook. Opinião, todos temos. Conhecimento histórico...

Enfim, o contexto vivido por todos nós apresenta-se de modo sombrio e complexo. Mas as oportunidades para amadurecermos a nossa ação política crescem na mesma proporção. Caberá a nós decidirmos entre a criticidade e a apatia.

## Bibliografia:

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade: O governo de si e dos outros II: curso ministrado no Collège de France (1983-1984)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011a.

FOUCAULT, Michel. *Discurso e verdad em la antigua Grécia: Introdución de Ángel Gabilondo e Fernando Fuentes Megías*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

Também disponível no endereço:

<http://goo.gl/YZi2Mq>. Acesso em: 08 jan. 2015.

# O toma lá da cá das campanhas eleitorais

Prof<sup>o</sup> Aguinaldo Cavalheiro de Almeida



Muitas pessoas acreditam que a operação desencadeada pela PF e por boa parte do judiciário e muito difundida pelas grandes mídias chamada Lava Jato signifique um ataque sistemático à corrupção em nosso país, mas se não pensarmos esses problemas em sua raiz, jamais teremos uma compressão adequada dessa operação nem de qualquer outra que certamente estaremos sujeitos.

Reconhece-se hoje que o maior gargalo do sistema político vigente é o chamado financiamento de campanhas.

Dentro da proposta de reforma política protocolizado

por várias entidades sociais como a OAB, CNBB, Fundação Perseu Abramo já no ano de 2007 no Congresso Nacional, este é o tema mais fundamental. Isto porque, o modelo eleitoral vigente se tornou um sistema extremamente desigual, na medida em que são eleitos aqueles que detêm o maior volume de recursos investidos em suas campanhas. Este modelo vem sistematicamente enfraquecendo o debate público e a democracia e tornando os políticos cada vez mais desacreditados pela sociedade.

A cada dois anos “elegemos” pessoas que cada vez mais se vêm de mãos atadas com seus financiadores, e o custo disso é imenso para toda sociedade, basta ver o volume de recursos desviados ou superfaturados do setor público que vão parar em paraísos fiscais ou na conta de

grandes empreiteiras e outros "parceiros" dos atuais mandatários.

Isso se explica pelo montante de dinheiro investido nas campanhas políticas, isto tem funcionado como moeda de troca de interesses alheios aos interesses públicos, ou seja, a política foi privatizada.

Portanto, aquelas pessoas que chamamos representante público se tornaram refém desses interesses e dificilmente irão propor ou encaminhar alguma proposta de lei que vise o conjunto da sociedade, mas apenas a determinados setores da economia.

Isso é algo terrível porque a política que justamente deveria ser a ferramenta para melhorar ou transformar nossa realidade, vem sendo usada para cumprir um propósito contrário, qual seja, aumentar a desigualdade.



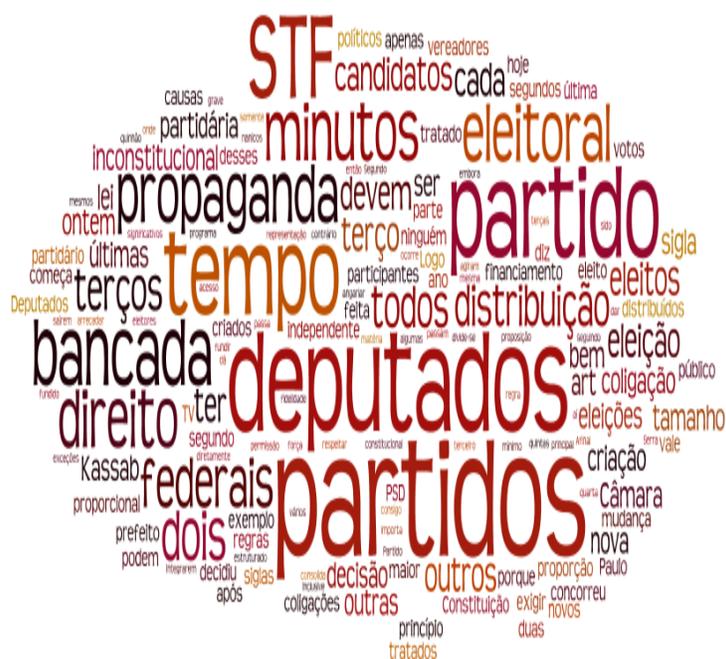
Uma das soluções encontradas para contornar esse estado de coisas é o chamado, FINANCIAMENTO PÚBLICO, com ele seria possível tornar as campanhas eleitoras menos desiguais, e favorecer o debate público, uma vez que todos os candidatos estariam em tese, no mesmo pé igualdade de seus concorrentes. Isto já ocorre nas eleições dos conselheiros tutelares. Por exemplo, quando todos recebem uma mesma quota de matérias para divulgação de suas propostas e seus currículos. Além disso, noutra ponta é preciso coibir a prática de doações privadas, torná-la crime com severas punições para os envolvidos.

Embora isso pareça claro e óbvio para muitas pessoas esclarecidas, não é o entendimento da grande maioria de nossa população, que ainda desconhece a forma como está constituída nossa política e suas regras eleitorais.

Diante desse quadro os grades veículos de informação são co-responsáveis por não fazerem esse debate com a sociedade, se limitando a apenas denunciar quando lhe convém alguma arbitrariedade praticada pelos agentes públicos.

Por sua vez a bancada de deputados federais e senadores na sua ampla maioria não está dispostas a tocar essa discussão, porque muito provavelmente isso resultaria em prejuízo próprio, já que se ocorre-se uma reforma política nos moldes que estamos propondo, muitos perderiam seus mandatos ou não seriam reeleitos. A grande prova disso foi à chamada reforma política

proposta pelo PMDB através do presidente do Congresso deputado Eduardo Cunha, uma reforma política para inglês ver, já que pela sua proposta o que mudaria é só o destino do dinheiro investido que passaria do político para o partido ou bancada.



Vemos então que diante desse cenário a única saída possível é que tal medida tem de partir da própria sociedade através de movimentos sociais e sindicatos comprometidos com a causa pública, cobrando um plebiscito ou consulta pública. Antes claro, será necessário uma ampla campanha de esclarecimento

desta proposta com toda a sociedade. Desse modo ou só assim conseguiríamos sensibilizar os deputados e senadores a aprovarem.

Enquanto isso não ocorrer continuaremos a ter políticos vinculados a interesses meramente a esses interesses e fazendo uso dos recursos públicos para setores privados.

Desse modo, não podemos pensar ingenuamente que a Lava Jato consiste num projeto sistemático de combate a corrupção como querem nos fazer acreditar, se não pensar a causa de todos esses problemas, não teremos verdadeiramente como enfrentá-los e tudo o que ser fazer desconsiderando isso, não passará de uma grande jogo de cena para cumprir um propósito que está muito longe de ser o combate a corrupção.



# Entre o presente e o passado ainda há névoa".<sup>1</sup>

Prof<sup>o</sup> Rubens Tavares



Passados mais de 52 anos do golpe militar civil de 1964, ainda permanecem ecos dele na nossa história, no cotidiano de uma sociedade que parece que se acostumou a golpes, em uma democracia que parece nunca se concretiza.

Primeiro tivemos o golpe da maioria de D. Pedro II, depois o golpe da República. Dormimos monarquistas e acordamos republicanos; depois o golpe getulista, e agora o golpe contra a decisão das últimas eleições.

Vínhamos de um longo período ditatorial do Estado Novo getulista, e, no final dos anos cinquenta, em uma pequena ilha caribenha, Cuba, jovens tomaram o poder e começam reformas nacionalistas que buscavam tirar o país do atraso secular, primeiramente mantido pela metrópole espanhola e depois pelas grandes empresas norte americanas ligadas à exploração de frutas e da cana de açúcar.

Também vivíamos o início da contracultura; os jovens, sobretudo os estudantes mais engajados, sonhando em serem revolucionários e tomarem de assalto os céus desse país agrário, latifundiário, que ainda trazia traços marcantes do período colonial no trato com os mais despossuídos e pobres, reproduzindo a mentalidade da "Casa Grande", o espaço



As Reformas de Base tinham um caráter nacional capitalista, eram reformas que procuravam modernizar setores importantes de nossa economia, sem, contudo, propor, por exemplo, no caso da reforma agrária, propriedades comunais que fossem destinadas à produção de produtos básicos para a alimentação e que estes produtos fossem organizados em uma produção planejada e que os lucros obtidos fossem distribuídos a todos os assentados, segundo o seu trabalho.

As medidas, mesmo sendo tímidas, deixaram a classe dominante enfurecida, afinal, por que mudar se tudo, para ela, estava bom e a mudança só traria desconforto e aborrecimento e privilégios deveriam permanecer intocados?

Qualquer mudança nesse estado de coisas é obra de baderneiros, vermelhos, subversivos, comunistas a serviço de Moscou,

vociferavam as "senhoras" da marcha com Deus pela Pátria e Família, sem saber exatamente onde ficava Moscou e o que seria um comunista.

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, sábado, 4 de abril de 1964 — N.º 11 627

# O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO  
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO

Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES  
Diretor-Substituto: ROGÉRIO MARINHO

## O QUE SE QUER, E JÁ, É UM GOVERNO DEFINITIVO, APARTIDÁRIO E DEMOCRATA

**NÃO PODE** o Brasil esperar um mês para ter a administração que se requer em tão conturbado momento. Não podem ser adiadas as medidas excepcionais reclamadas pela excepcionalidade da situação. Nem podemos imaginar que os agitadores e os comunistas condescendam em ficar de braços cruzados, durante 4 semanas, aguardando que o Congresso dê à Nação as condições indispensáveis para enfrentá-los e dominá-los.

**AJA O CONGRESSO** sem perda de tempo, para seu próprio bem. Eleja o novo Presidente da República, achando quem sirva para esta hora — como um homem da envergadura do General Castelo Branco, que foi o escolhido pelos seus comandados para chefiar o movimento revolucionário —, e não quem possa servir para outubro de 65. Dê ao Brasil a segurança de que a jornada revolucionária não foi em vão.

O golpe foi dado e permanecemos mais de 20 anos sob o obscurantismo, a repressão aos direitos básicos da cidadania, de se fazer ouvir, falar sem temor, de ter o direito à divergência, de se organizar em sindicatos e partidos.

Tempos de imbecis e imbecializados pelos imbecis a defender causas e privilégios que não eram os seus, mas de

seus exploradores, condicionados a serem explorados. Tempos de óculos escuros para esconder olhos vazados, sem cor e sem vida, apenas exercendo o mandonismo e o patrimonialismo<sup>5</sup> que sempre foram as marcas de nossa elite ignorante.

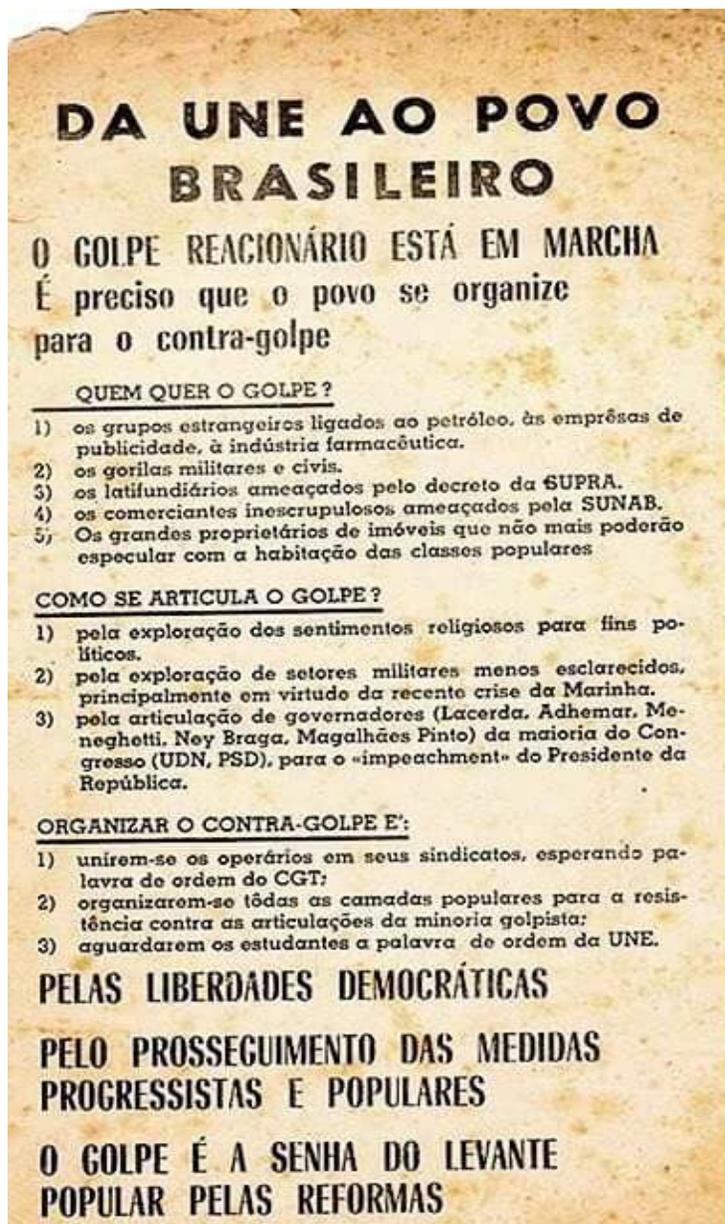
O golpe foi dado em nome da moralidade e contra a corrupção, contra um governo eleito que timidamente começava a trazer o Brasil para o século XX, começando a romper a relação de nosso passado colonial, do escravo e do senhor, do patrão e do empregado, do explorado e do explorador.

Ainda há ressonâncias desse passado que não se desfizeram perante esse presente que não se torna concreto, desse tempo de longa duração que precisa ser superado. Essas névoas ainda a obscurecer nosso presente, e esse costume de querer sempre virar o jogo, não importando em que vias sejam desde que não rompa com

nosso passado/presente de uma sociedade de privilégios. E quem ousar mudar isso, como diria a "Rainha de Copas"<sup>6</sup>, "cortem-lhe a cabeça".

Estamos diante de um presente com cheiro de golpe, odor de mofo do passado que certos discursos teimam em revisitar, de usurpação das cores nacionais por alguns que acham que encarnam toda uma nação, por paladinos da justiça que esquecem que a justiça deve ser sempre cega e o peso ser igual para todos.

E, como diria um "senhor" do século XIX que ainda incomoda muitos e deixa outros sem sono, com suas ideias: a "história não se repete, o tio não pode ser o sobrinho, caso isso ocorra, será primeiro como tragédia, depois como farsa".<sup>7</sup>



## Notas

[1] Referência ao documentário sobre Robert S. McNamara, "The Fog of War".

[2] De um lado a União Soviética e seus aliados como representação do "socialismo", de outro os Estados Unidos e seus aliados, representando o Capitalismo.

[3] Aqui se refere à renúncia de Jânio Quadros

[4] Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.

[5] Termo utilizado para descrever a falta de distinção por parte dos líderes políticos entre o patrimônio público e o privado em um determinado governo de determinada sociedade.

[6] Refiro-me ao conto de Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll.

[7] Tradução livre de Marx, do livro o 18º Brumário de Luis Bonaparte.

# ATOR, UM SER POLÍTICO?

## Prof<sup>a</sup> Ana Cristina Souza (Tina)



**Resumo:** O presente artigo aborda a dimensão política do ato do fazer teatral perpassando pela história do teatro, através da figura do ator, do diretor e da dramaturgia, e da força de expressão de todas as linguagens artísticas no período da ditadura militar brasileira.

Palavras-chave: teatro; arte; ditadura militar; história do teatro.

Foi-me solicitado escrever um artigo que falasse da importância do papel da arte na resistência a ditadura militar, esse período obscuro da recente história do Brasil, onde foram cassados direitos civis, documentação de práticas de tortura, mortes e desaparecidos, e a arte não ficou imune com a imposição

da censura, foi além e enfrentou com produções cênicas, musicais, literárias, jornalísticas e etc. O ator Bemvindo Sequeira, que viveu este obscuro período analisou o papel do ator em uma entrevista concedida a jornalista Gaby de Saboya da Tv Rio Câmara que esta disponível no youtube, na qual o ator se expressa da seguinte forma:

*"O ator é um ser político, não tem como(..). não há como deixar de participar da sua sociedade. Eu outro dia respondi a um pecuarista que dizia pra mim que gostava de mim sem eu me meter em política, e eu disse a ele: A sua função é criar gado, a minha função é transformar gado em gente!"*

Nessa frase é possível analisar a dimensão social política do artista, para além do entretenimento.

Nos fins dos anos 1960 e início dos 1970, vivíamos no período chamado “linha dura”. Foi no dia 13 de dezembro de 1968 durante o governo do general Costa e Silva que foi decretado o Ato Institucional nº 5, o AI 5, onde a liberdade de expressão foi censurada, direitos políticos cassados de todos os cidadãos, perseguições e cassações de políticos contrários ao regime, censura para toda e qualquer manifestação artística e jornalística, e todas essas imposições sem apreciação judicial.

E de que forma driblar a censura de um regime ditador? Muitos artistas driblaram com muita criatividade para poderem se expressar. Em toda a história do teatro temos o exemplo da sensibilidade e inteligência artística para lidar com as lutas sociais.

Na história do teatro iremos passear por uma diversidade de períodos que desvelam esta dimensão política do fazer teatral. A começar pelo céu azul-violeta da Grécia, o berço

de uma forma dramática cujos valores estéticos e criativos deram espaço ao teatro ser uma obra de arte social e comunal, na Comédia dispomos o exemplo do produto artístico ligado ao dia-a-dia da política ateniense.

*“A comédia, ao contrário da tragédia, não deve provocar qualquer reação emocional no público, exigindo distanciamento e objetividade a fim de que o público possa julgar o que vê, principalmente na comédia antiga, cujo enredo trata, de modo geral, de uma sociedade em que aparece uma ideia nova ou revolucionária, que entra em conflito com o status quo.” (HELIODORA, 2013).*

Neste período efervescente culturalmente na Grécia antiga o teatro como principal atração de lazer do povo foi sem dúvida uma ponte para questionamentos, uma vez que os temas eram ligados à política e continham violentas críticas a políticos e poderosos.

E damos um salto no tempo

para a Idade Média, com esta análise do papel do comediante:

*"...nas sociedades feudais a arte dramática, sob as suas diversas formas, não exerce uma função estética original e permanece inseparável das tensões e conflitos que animam a vida coletiva. Não pode haver lugar para o homem que não desempenha o papel imposto pela sua posição ("a graça do estado") numa hierarquia e numa ordem que têm por modelo a ordem divina."( DUVIGNAUD, 1972).*



Como podemos falar de ator na Idade Média, em um mundo onde o teatro foi marginalizado, estava na periferia, pois que não era sagrado? Os atores foram excomungados! Os "teatros" que adentravam os palácios, as igrejas estes não eram feitos por companhias teatrais, mas por padres, leigos e bobos da corte ou o servo do rei. As sociedades que dominavam o sistema hierárquico feudal ignoravam o ator, isto porque os indivíduos manifestavam um verdadeiro pânico diante da liberdade deste, e portanto as companhias teatrais viviam em constante marginalidade, não havia espaço para a imaginação, para a crítica e a fé inabalável da Igreja Católica Apostólica Romana. Os comediantes viviam em constante viagem entre os feudos e sobreviviam a maldita imposição da fé com suas carroças e seus dramas inerentes a vida. E assim, sucessivamente veremos na história do Teatro as soluções que o teatro encontrou para ser resistência às "ditaduras" de seu tempo.

Outro grande salto na história e chegamos no momento crítico da ditadura militar brasileira, onde iremos encontrar uma prova contundente da resistência nas diversas áreas da arte, e não poderia deixar de mencionar as canções de protesto com os músicos Geraldo Vandré, Chico Buarque de Holanda, Elis Regina, Caetano Veloso, Gilberto Gil, entre tantos outros, no cinema com Cacá Diegues um dos fundadores do cinema novo e que participou ativamente do enfrentamento a ditadura militar, sendo exilado em 1969, como tantos artistas e intelectuais da época. E no teatro não seria diferente, a resistência teve nomes como o Teatro de Arena, Teatro Oficina e Teatro do Oprimido.

*“O teatro conheceu um esplendor que não resistiria à asfixia causada pela censura e pela repressão. Resultava do trabalho realizado, em especial, por dois grupos, o Oficina, em torno de seu diretor José Celso Martinez Corrêa (no exílio de 1974 a 78), e o Arena, em torno*

*de Augusto Boal (no exílio a partir de 1969), que se dedicaram a criar uma dramaturgia brasileira e uma nova formação do ator. Escreveram e encenaram com muito sucesso, durante vários anos, originando vocações, peças, espetáculos e revelações de ator. Extremamente engajados, e invocando Brecht como nome tutelar, vincariam a história do teatro no país. Ambos os grupos seriam dizimados pelo AI - 5, Ato Institucional, que deflagrou o terror de Estado e exterminou aquilo que fora o mais importante ensaio de socialização da cultura jamais havido no país” (Vasconcellos, 1987).*



Diante de tanta violência e horror, com fechamento de teatros, espancamento de atores e atrizes, cortes em textos, o teatro teve que se reinventar e buscar novos códigos estéticos para poder sobreviver neste ambiente fascista, opressor e cheio de ódio, mas nem por isto deixou de enfrenta-lo. Optou por espaços diferenciados, trocou a palavra pelo gesto significativo, inovou com a linguagem simbólica e não se acomodou, muitas vezes estes artistas colocaram suas vidas em risco, e muitos não tiveram outra saída se não o exílio. A mostra de que a arte tem sua função para além do entretenimento teceu uma história de lutas no campo da poética da encenação, de pesquisas dramáticas e da interpretação teatral, das poéticas musicais, das poéticas visuais, da dança, e da organização de sindicatos de artistas, sem jamais deixar de denunciar as barbaridades ocorridas em nome do estado nos duros anos da ditadura militar brasileira. E como a história é cíclica, os artistas, os

intelectuais e o povo mais uma vez vêm denunciar outro golpe que se anuncia em nome do estado, em nome da toga, em nome da corrupção. E a arte, em todas as suas possibilidades, com seus artistas engajados em todos os tempos deram e darão o seu recado como diz o artista brasileiro: "*Apesar de você, amanhã há de ser outro dia!*" (Chico Buarque, 1970) E a luta por direitos sociais continua e continuará sempre, e as manifestações artísticas estarão presentes.

## REFERÊNCIAS:

Entrevista com o ator Bemvindo Sequeira no endereço eletrônico:

<https://www.youtube.com/watch?v=Z6C4mpe1YC0>

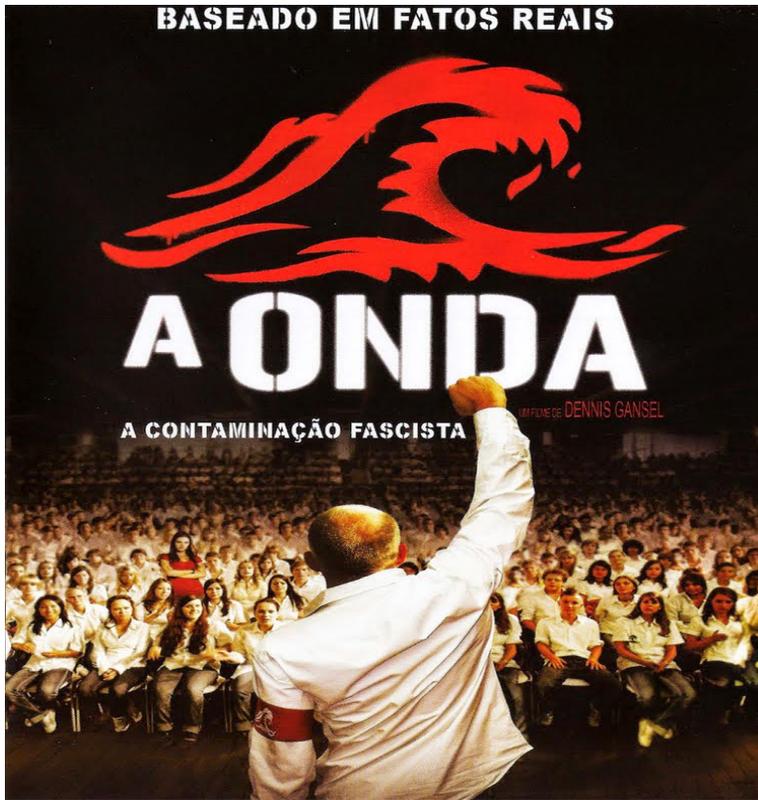
BERTHOLD, Margot. *História mundial do teatro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1990.

DUVIGNAUD, Jean. *Sociologia do comediante*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VASCONCELLOS, Luiz Paulo. *Dicionário de teatro*. Porto Alegre:

# Resenha Filme *A ONDA*

*Profº Ney Jansen*



O filme *a Onda* (*Die Welle*) é um filme alemão de 2008 baseado no seu homônimo de 1981, esta uma produção estadunidense. O filme é baseado numa história real numa escola nos EUA nos anos 1960.

No início do filme o professor Rainer Wenger faz a pergunta a sala se era possível outra ditadura na Alemanha. Diante da negativa enfática dos alunos que argumentam que as pessoas estariam mais conscientes dos riscos o professor decide realizar uma arriscada experi-

ência pedagógica com os alunos na criação de um movimento autoritário. Sem perceber, os alunos e o professor reproduzem os mecanismos do nazi-fascismo. Quando alguns alunos percebem era tarde demais.

O filme permite, trabalhar o totalitarismo em aulas de história, sociologia ou filosofia como também, em aulas de sociologia, relacionar com os pressupostos de Durkheim sobre o poder dos fatos sociais no condicionamento de valores, normas e regras, na criação de mecanismos simbólicos de consciência coletiva (a saudação, o logotipo, as camisetas brancas) e de coercitividade contra quem não faz parte do grupo social (expressa na criação de sentimento de pertencimento a um grupo e na exclusão de quem não participa do grupo).

Ao refletirmos sobre os mecanismos do fascismo voltamos as preocupações de Hannah Arendt aqui expostas sobre um fenômeno que não é um passado superado.